

## **Igreja Católica Romana e a Homossexualidade: Visão da Moral Sexual Católica a partir da análise de documentos Oficiais**

Roman Catholic Church and Homosexuality: Vision of Catholic Sexual Morality from the analysis of Official documents

*Silvia Geruza Fernandes Rodrigues<sup>1</sup>*

**RESUMO:** No presente artigo nos propomos analisar alguns documentos oficiais da Igreja Católica Apostólica Romana que abordam a homossexualidade, dentre os quais: *Humanae Vitae* (1968), *Persona Humana* (1975), algumas cartas expedidas pela Congregação para a Doutrina da Fé sobre homossexualidade (1992; 2003) e o Compêndio do Catecismo da Igreja Católica. Pretendemos verificar as principais linhas oficiais da moral sexual da Igreja Católica Romana. Utilizamos os teólogos católicos da moral sexual (Marciano Vidal; Margareth Farley; Todd A. Salzman e Michael G. Lawler) para dialogar com os documentos da Igreja Católica. Pelos documentos analisados, constatamos que ocorre uma evolução na Igreja Católica Romana acrescentando a complementaridade afetiva e o amor ao objetivo do ato conjugal, além da procriação, persistindo, no entanto, a visão da homossexualidade como patologia e perversão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Homossexualidade; catolicismo; sexualidade humana; moral sexual; Igreja Católica Apostólica Romana.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze some of the Catholic Church official documents: *Humanae Vitae* (1968); *Persona Humana* (1975); letters expedited by the *Congregation for the Doctrine of Faith* regarding homosexuality (1992; 2003); and the *Compendium of the Catechism of the Catholic Church* to verify the official Catholic doctrine, in general, on sexual morality and homosexuality. We report to Catholic theologians of sexual morality (Marciano Vidal; Margareth Farley; Todd A. Salzman and Michael G. Lawler) to dialogue with the documents written by the Catholic Church. By analyzing such documents, we have verified that there is an evolution on the Catholic Church's statements on the purpose of the sexual act in marriage, not only for procreation but also for love and an affective complementarity. However, the official position of the Church continues to view homosexuality as a perversion and a pathological condition of the human being.

**KEYWORDS:** Homosexuality; Catholicism; Human sexuality; sexual morality; Roman Catholic Church.

A homossexualidade existe há muitos séculos e tanto na Grécia Antiga como em Roma era considerada normal e praticada no dia a dia, já que a mulher era vista somente com o objetivo de procriar. A partir da Idade Média a religião cristã passa a rotulá-la de pecado.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência da Religião pela PUC-SP. Contato: silgeruza@gmail.com

No século XIX a homossexualidade é vista como doença a ser curada. Esse artigo objetiva analisar alguns documentos oficiais da Igreja Católica referentes à sexualidade humana e à homossexualidade, para verificara evolução nos postulados e diretrizes sobre a homossexualidade.

Para analisar os documentos, utilizaremos definições de Michel Foucault (2010) e Paul Ricoeur (2008) sobre o discurso e o regulamento dos corpos como um lugar de poder e a complexidade do pensamento de Edgar Morin (2007). Para dialogar com os documentos expedidos pela Igreja Católica Romana, usaremos conceitos de alguns teólogos católicos da moral sexual importantes para compreendermos a recepção dos documentos, principalmente Marciano Vidal (1975,1985), Margaret Farley (2008) e Salzman e Lawler (2012).

## **1. A sociedade e a Igreja**

A Segunda Guerra Mundial alterou o mundo. A capacidade do ser humano de se autodestruir, com requintes de maldade, colocou vários sistemas religiosos à prova. A rapidez dos meios de comunicação em expor os confrontos bélicos pasmou o ser humano. Por outro lado, novos descobrimentos científicos nas áreas da medicina, física e química suscitaram, na época, novos questionamentos existenciais e se resistiria a todo regime repressivo e opressor e um repúdio de normas congeladas de sexualidade e gênero (CAHILL, 1999).

Grandes revoluções culturais e comportamentais se desenrolaram através de jovens revoltados com o *status quo* de uma sociedade que percebiam como bárbara. A ordem social passa a ser contestada em suas mais diversas esferas: os costumes, a moral, e nesse embalo, a desigualdade de gênero. A década de 1960 foi marcada pelo início dos movimentos feministas, inter-raciais, a liberação sexual, mudança nos gostos musicais, com críticas ao Estado, às grandes corporações, à medicina científica e às instituições resistira religiosas, principalmente as que ainda se pretendiam reguladoras das normas morais. A pílula anticoncepcional facilitou ainda mais as relações sexuais sem implicar necessariamente na procriação.

Os relatórios Kinsey (1954, 1953) e as pesquisas de William Masters e Virginia Johnson (1966) não somente se propuseram a responder a algumas perguntas ambíguas sobre sexualidade, como enfatizaram a “qualidade” da atividade sexual. A obra deles foi considerada como um dos motores propulsores da revolução sexual (Gagnon, 2006). Kinsey abordou comportamentos sexuais de pessoas que viveram entre as duas guerras e chegou à conclusão que “qualquer tentativa de regular o comportamento sexual estava fadada ao

fracasso” (GAGNON, 2006:16). Tanto a direita política norte americana, como a religiosa, via nos relatórios a “causa de mudanças sexuais ou relacionadas ao sexo ocorridas na década de 1960”(GAGNON, 2006: 16).

Em maio de 1968, jovens franceses estudantes contestavam toda autoridade quer seja política, quer religiosa, incentivando o exercício crítico da liberdade e defendendo claramente a ética hedonista. Nessa época, destacou-se a consciência mundial da desconfiança dos representantes institucionais de autoridade e a relevância das opiniões individuais (VENTURA, 1988).

Posicionamentos e conceitos religiosos cristãos sobre sexualidade e Deus não mais respondiam às perguntas da sociedade, que viram suas certezas abaladas pelos eventos mundiais catastróficos. Perante a dinâmica dos acontecimentos na sociedade hodierna, o surgimento de movimentos antes escondidos e intimidados, como o movimento LGBTTQI, o feminismo, a presença cada vez mais marcante de homens e mulheres homossexuais nas famílias, comunidades, no mercado de trabalho e nas igrejas, evidenciaram que a Igreja não conseguiria se manter silente. Assim a Igreja Católica sentiu a necessidade de debater a homossexualidade, já que o debate da ética sexual geralmente tem girado ao redor de contestação às normas práticas de atividades outrora condenadas e que agora ganham aceitação da sociedade e até mesmo dentre alguns teólogos católicos da moral sexual (CAHILL, 1999).

A Igreja Católica encontrava-se em um conflito já antigo entre a manutenção da tradição institucional em seus postulados sobre a homossexualidade a partir da interpretação de alguns versículos encontrados na Bíblia, e a aquiescência à teologia crítica moderna que inclui a crítica hermenêutica, a época e o contexto. Segundo Fuchs (Salzman; Lawler, 2012:29) torna-se necessária uma nova abordagem tanto histórica como empírica da moralidade sexual, por envolver a ação humana que se desenvolve dinamicamente. Não se pode tomar dados do passado para apresentar um juízo moral no presente, sob o risco de se basear somente na interpretação da natureza. Segundo Salzman e Lawler (2012), os documentos oficiais da Igreja Católica continuam a fundamentar seus ensinamentos sobre moralidade sexual na tradição passada, sem levar em conta sua historicidade.

Reportar-se aos Pais da Igreja do I Século, descartando a história e as descobertas científicas sobre a sexualidade, validam as normas sexuais no presente? As normas morais oriundas do Magistério dos séculos XV ou XVI podem ser aplicadas ao século XXI? As doutrinas oficiais da moral sexual católica sobre homossexualidade sofreram alguma evolução?

## 2. Documentos Oficiais da Igreja Católica Apostólica Romana:

A Igreja Católica tradicionalmente tem utilizado quatro fontes de conhecimento moral: Escritura, Tradição, Razão e Experiência<sup>2</sup>, porém, a interpretação do Magistério<sup>3</sup> sobrepuja a Escritura, a Tradição e a Experiência.

As Cartas Encíclicas expedidas após o documento do Concílio Ecumênico Vaticano II<sup>4</sup>, surgiram com o objetivo de esclarecer conceitos que se submetiam a questionamentos e elucidar questões atuais levantadas pelas novas contingências sociais. As cartas *Humanae Vitae* e *Persona Humana* se constituíram tentativas de abordar o maior número de pontos cruciais para a Igreja Católica possíveis, porém não se torna possível definir concretamente a doutrina católica oficial, e sim pontos principais que encontraram consenso entre os textos do Magistério e os cristãos.

### 2.1. *Humanae Vitae* – 1968; *Persona Humana*- 1975

O papa Paulo VI expede um documento em 1968, para tentar responder às inquietações dos fieis. Ele apresenta a regulação da natalidade, do amor conjugal e da transmissão da vida. Contudo, exclui todo e qualquer ato que se direcione a impedir a transmissão da vida, principalmente a contracepção. Embora, *Humanae Vitae* tenha ressignificado o ato sexual como a expressão de um compromisso mútuo entre o casal, além do ato procriativo, a condenação da anticoncepção artificial levantou imensa insatisfação e desconfiança da Igreja na sociedade. Nesta encíclica são condenados o aborto, a esterilização, a anticoncepção artificial, os atos sexuais fora do relacionamento conjugal, a masturbação e o coito interrompido. A Carta chama a atenção para o fato de que o ato conjugal se compõe de elementos unitivos e procriadores, reafirmando que meios naturais para controlar os nascimentos somente serão reconhecidos diante das condições do marido e da mulher, para

---

<sup>2</sup>Cf. E.57.1-6 no Catecismo da Igreja Católica sobre Experiência.

<sup>3</sup> O Magistério abarca o que os Concílios, o Papa em particular, e em comunhão com ele, todos os Bispos definem e ensinam como verdades de fé e moral.

<sup>4</sup> Considerado um dos maiores eventos da Igreja Católica no século XX, o Concílio Ecumênico do Vaticano II se compôs de uma série de conferências realizadas entre 1962 e 1965, convocada pelo Papa João XXIII com bispos do mundo inteiro, através de encontros, debates e votações, para repensar a doutrina a partir de novas realidades no mundo.

atrasar temporariamente um nascimento, porém não aceitos como uma maneira de recusar a vida.

A Declaração *Persona Humana* da Congregação para Doutrina da Fé (doravante CDF), 1975, considera a sexualidade um fator relevante que afeta o ser humano e por isso com a necessidade de ser estudada e avaliada cuidadosamente. Constitui-se na primeira carta onde se aborda a questão da homossexualidade explicitamente. De acordo com essa Carta, a sexualidade atribui ao ser humano caracteres biológicos, psicológicos e espirituais, levando-o à maturidade e à inserção na sociedade. Contudo, a Carta refere-se à homossexualidade como um perigo da “corrupção dos costumes”.

Essa Encíclica ressalta a distinção entre homossexuais de caráter provisório e outros que já nascem com a orientação homossexual, recomendando apoio e julgamento mais parcimonioso. Porém, isso não significa que sejam justificados moralmente e nem aprovados.

A declaração reafirma a homossexualidade como “um ato desordenado”, condena os atos sexuais praticados pelos homossexuais por não conduzirem à procriação e se constituírem “graves depravações” pela Bíblia. Consequentemente o homossexual é rejeitado por Deus (PERSONA HUMANA, Ponto 8).

## **2.2. Carta pastoral aos Bispos da Igreja Católica sobre o cuidado com os homossexuais – 1986-2003**

Devido à grande pressão de grupos de reinterpretações do que se referia “ao ser humano”, em 1986, Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a doutrina da fé, redigiu uma carta pastoral aos bispos da Igreja Católica sobre o cuidado com os homossexuais. Nessa declaração, apesar do reconhecimento de que as ciências humanas possuem objeto e métodos próprios e gozam de legítima autonomia, reafirma-se que a posição moral da igreja ressalta que o “homossexualismo”<sup>5</sup> continua a ser visto pela igreja Católica, pelo menos oficialmente, como contrário aos princípios e diretrizes da moral católica.

Como no *Persona Humana*, observa-se a diferenciação entre o “ser homossexual” e ter “inclinação homossexual”. A “inclinação homossexual” não se constitui “em si mesmo um pecado”, porém compreende-se que a mesma pode ser uma tendência a um comportamento

---

<sup>5</sup> A Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade da lista de transtornos mentais em 1973. Em 1975 a Associação Americana de Psicologia também adotou a mesma posição, recomendando aos profissionais que não lidassem com a orientação sexual homossexual como enfermidade. O Brasil retirou a homossexualidade da lista de transtornos em 1985, porém somente em 1990 a Organização Mundial de Saúde retirou definitivamente a homossexualidade como uma doença mental. Assim, substituindo a palavra homossexualismo, por homossexualidade.

intrinsecamente mau do ponto de vista moral devendo ser considerada como “objetivamente desordenada” (Parágrafo 3). Mencionando os documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II, reforça-se a necessidade de manter a interpretação das Escrituras de acordo com a Tradição da igreja, validando a coerência entre os versos utilizados para a condenação da homossexualidade. A esse respeito assim se exprime o Concílio Ecumênico Vaticano II:

É claro, pois, que a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, por sapientíssima disposição de Deus, são entre si tão relacionados e unidos, que não podem subsistir independentemente, e todos juntos, segundo o modo próprio de cada um, sob a ação de um só Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas (*Dei Verbum*, n. 10). À luz dessas afirmações aqui se delinea sucintamente o ensinamento da Bíblia sobre a matéria (Parágrafo 5).

Evoca-se o conceito de “Lei Natural”, referindo-se a passagens bíblicas, ressaltando a criação do homem e da mulher em um papel de complementaridade e de transmissão de vida. (Cf. Gn19,1-11; Levítico 18,22,20:13; I Cor.6:9; Rm1,18-32; I Tm. 1,10). Ratzinger(1986),ratifica que a relação sexual somente pode ser considerada lícita dentro do matrimônio, e considera imoral a pessoa homossexual. Segundo Ratzinger:

A atividade homossexual não exprime uma união complementar, capaz de transmitir a vida e, portanto, contradiz a vocação a uma existência vivida naquela forma de auto doação que, segundo o Evangelho, é a essência mesma da vida cristã. Não quer dizer que as pessoas homossexuais não sejam frequentemente generosas e não se doem, mas quando se entregam a uma atividade homossexual, elas reforçam dentro delas mesmas uma inclinação sexual desordenada, caracterizada em si mesma pelo auto complacência (Parágrafo 7).

Para Ratzinger (1986), aceitar a atividade homossexual coloca em perigo a concepção que a sociedade tem da natureza e dos direitos da família, por isso, recomenda a homossexual que tome sua “cruz”, exerça domínio próprio (Cf. Gl 5, 22,24), viva em castidade, ou se “converta do mal”, já que se reconhece que o ser humano é possuidor de uma liberdade fundamental. Persistir no caminho da homossexualidade, segundo a Carta, consiste em ameaça de destruição.

A homossexualidade continua considerada perversão, porém encorajam-se os bispos a promoverem uma pastoral para as pessoas homossexuais que aceitem a doutrina da Igreja, exaltando a dignidade do ser humano, independente de sua orientação sexual, pois reconhecem a necessidade de ajudar qualquer ser humano em seus vários níveis. João Paulo II aprovou o documento.

Em 2003, a pressão em legalizar as uniões homossexuais, moveu novamente Ratzinger a expedir outro documento com *Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das*

*uniões entre pessoas homossexuais*, preocupado com a legalização de casamentos entre pessoas do mesmo sexo e a possibilidade de adoção (RATZINGER, 2003).

Esse documento enfatiza a “lei natural” como aporte do matrimônio heterossexual, monogâmico como fundamento da família e solidez da sociedade (RATZINGER, 2003, Ponto 1). Ratzinger não reconhece a existência da complementaridade afetiva nas relações homossexuais posto que não contribuem para a geração de vida e ratifica que os atos sexuais entre homossexuais são considerados “intrinsecamente desordenados”, portanto não podem ser aprovados e nem legitimados.

Ratzinger (2003), conclui que as práticas homossexuais constam dentre um dos pecados graves contra a castidade, ressaltando que baseados em versículos da Bíblia, os Pais da Igreja do I século e a Tradição também consideram as relações homossexuais “graves depravações”, por isso, ele apela para que os políticos católicos e a comunidade se oponham à aprovação do casamento legal entre homossexuais para a proteção do matrimônio e da sociedade (RATZINGER, 2003).

### **2.3. O Compêndio do Catecismo da Igreja Católica**

No contínuo anelo de responder algumas questões e firmar pontos relevantes para os fieis, a Igreja Católica lançou em 2005 o Compêndio do Catecismo da Igreja Católica, com capítulos curtos e sintéticos.

No Catecismo, enfatizam-se o amor conjugal entre homem e mulher e sua complementaridade. Contudo, abandonou-se a necessidade de procriar ao ato conjugal, embora o casal deva permanecer aberto ao ideal de que filhos coroam tal amor.

Três elementos se consolidam como constituintes da expressão de valores cristãos: a “lei natural”, complementaridade entre homem e mulher; abertura à procriação e a indissolubilidade do matrimônio. O casal estéril recebe nesse catecismo acolhimento e compreensão, todavia, condena-se qualquer ato que não se abra à criação da vida.

### **3. Análises e Discussões**

Diante de assunto tão complexo como a sexualidade humana, a tentativa de pontuar e estabelecer regras e diretrizes sobre a questão do ato conjugal e da homossexualidade trouxe ao seio da comunidade católica dúvidas, críticas e insatisfações. Teólogos católicos da moral sexual se dividiram e contestaram pontos firmados pelos documentos em questão.

De acordo com Pinho (1994: 259), a “formulação da doutrina, mesmo na sua forma mais solene e definitiva, não significa o fim do processo de interpretação da verdade

proclamada”, pelo contrário, aí começa o processo da interpretação dentro do contexto vivido, nas comunidades, confrontada com os mais diversos contextos “de compreensão e de prática” que darão novos sentidos ao dogma estabelecido.

O documento *Humanae Vitae* despertou animosidades e desconfianças em relação à Igreja Católica, principalmente na questão do controle da natalidade. Segundo Tavare (2008), em toda a história da Igreja Católica, nunca um documento papal como o *Humanae Vitae* suscitara tanta “polêmica” (2008, p.1). O documento levantou muitas críticas, contestações e desobediências públicas. O uso da pílula anticoncepcional encontrava-se no auge, a indústria farmacêutica com propagandas agressivas, defendendo ferrenhamente sua utilização.

A encíclica *Humanae vitae*, de 1968, foi um genuíno divisor de águas na relação entre a doutrina papal e o povo católico, pois foi a primeira vez na história da Igreja que o povo católico como um todo ouviu um pronunciamento solene de um papa sobre uma questão de fé e moral, parou para relacioná-lo com sua própria experiência e com seu conhecimento e então, coletivamente, disse um firme “não” (ROBINSON, 2015:33).

A observação da Carta *Persona Humanae* que existe uma distinção entre “ser homossexual” e ter a “inclinação” homossexual demonstra a falta de compreensão entre o ser homossexual e comportamento homossexual. Um ser humano não pode dissociar entre “ser” e se “comportar” diferentemente. Como afirma Espejo:

Não se pode atuar como pessoa plena satisfatoriamente, reprimindo alguma dimensão por pequena que seja, particularmente no tocante à sexualidade (...) pretender isto, além de ser desumano, resultaria em uma dissociação definitiva (Espejo, 2008:45, tradução nossa).<sup>6</sup>

Por isso, segundo Espejo (2008:49) “Este documento (...) supõe que toda relação homoerótica está motivada exclusivamente pelo gozo egoísta e desenfreado, tornando os homossexuais em seres incapazes de amar”.<sup>7</sup>

Quando a Carta se refere ao amor conjugal, à castidade, virgindade, matrimônio e procriação, ela ressalta e reafirma a relação monogâmica e heterossexual. Ao se referir ao ato conjugal com o objetivo da reprodução, a Igreja se sustenta em raízes estoicista e maniqueísta, trazidas até a Igreja por Agostinho de Hipona (século IV d.C.), que sofrera influência do gnosticismo, disseminando um negativismo pessimista em relação ao sexo:

---

<sup>6</sup>No se puede actuar como persona plena satisfatoriamente, reprimiendo alguna dimension por pequena que esta sea, particularmente cuando toca la sexualidade. (...) Pretender aquello, además de inhumano resulta definitivamente desquiciente.

<sup>7</sup> Este documento (...) supone que toda relacion homoerótica está motivada exclusivamente por el goce egoísta y desenfreado, tornando a los homosexuales em seres incapaces de amar.



O sentimento geral entre os padres da Igreja que o intercuro sexual era fundamentalmente repulsivo. Arnóbio o chamou de sujo e degradante, Metódio, de indecoroso, Jerônimo de imundo; Tertuliano de vergonhoso. Entre eles havia um consenso não declarado de que Deus devia ter inventado um modo melhor de resolver o problema da procriação (Rodrigues, 2012: 49).

De acordo com Salzman e Lawler, o que os autores dos livros de Gênesis, Levítico, Cartas paulinas, tratados de Agostinho e todos os “seus sucessores medievais sabiam sobre sexualidade não pode ser a base exclusiva de um julgamento moral contemporâneo sobre sexualidade” (Salzman; Lawler, 2012: 310). À tradição, Farley (2008:189), acrescenta a experiência como um importante elemento de interpretação das outras fontes. Para ela, a tradição é a experiência vivida por uma comunidade de fé ao longo do tempo, como registrada nas páginas da Bíblia.

Com as novas descobertas sobre a homossexualidade, não se pode congelar no tempo concepções cristalizadas, restritivas, inflexivelmente prescritivas com regras absolutas. A moral sexual católica restringe o ato sexual à estrutura do matrimônio. A moral sexual católica, portanto, se constitui “essencialmente uma moralidade conjugal” (Salzman; Lawler, 2012:33), que confina a sexualidade dentro do lar.

Em 1977, a Sociedade Americana Teológica Católica publicou um documento crítico ao *Persona Humana*, chamado *A sexualidade humana*. Dirigido por A. Kosnik, esse estudo rompeu com a moral católica sobre homossexualidade. Segundo os autores, os documentos da Igreja Católica dividem a homossexualidade em quatro tipologias:

- a. Atos homossexuais são intrinsecamente maus.
- b. Os atos homossexuais são essencialmente imperfeitos;
- c. Os atos homossexuais devem ser avaliados à luz do seu significado relacional;
- d. Os atos homossexuais são essencialmente bons e naturais.

Segundo os autores, as posturas *a* e *d* parecem falhas, e as posturas *b* e *c* mais compatíveis com a ideia da sexualidade humana. Segundo o documento, o homossexual “que pratique atos homossexuais com boa consciência tem os mesmos direitos de consciência e os mesmos direitos aos sacramentos que um matrimônio que pratique a limitação da natalidade com boa consciência” (KOSNIK, 1977:241-242).

De acordo com Salzman e Lawler (2012:199), *Persona Humana* propõe o princípio “unitivo-procriativo, que no século XX tornou-se o princípio fundacional para todo

ensinamento católico”. Ao se referir à homossexualidade, os documentos somente se baseiam na Tradição e nas Escrituras. Tanto os teólogos Farley (2008), como Salzman e Lawler (2012) admitem que a experiência também deve ser levada em conta ao se interpretar a homossexualidade. Para eles “a experiência é fundacional e até mesmo primordial” (SALZMAN e LAWLER, 2012:319). Torna-se necessário observar que as Escrituras mencionadas nos documentos oficiais, partem de uma tradição interpretativa, por isso, Salzman e Lawler (2012: 34) recomendam um estudo dos Escritos sagrados através de um “processo interpretativo histórico” para entender não apenas no que consiste a tradição moral católica sobre sexualidade, mas também a maneira e o motivo pela qual essa tradição surgiu.

Conforme Farley (2008:159), a sexualidade engloba tudo que é pertinente ao sexual: “Os desejos, os amores, sentimentos, emoções, as atividades e os relacionamentos. Como tal, a sexualidade apresenta dimensões físicas, psicológicas, emocionais, intelectuais, espirituais e sociais”, por isso a experiência do sexo não pode ser limitada por barreiras construídas culturalmente de gênero, pois o sexo envolve “amor, desejo, diálogo, comunicação e abertura ao outro na intimidade dos seus corpos e à sua transcendência mais profunda direcionada a um encontro com Deus” (FARLEY, 2008:173).

Restringir a homossexualidade somente a um ato genital, e classificá-la como desordem mental e um desvio do ser humano, desconsidera qualquer descoberta científica sobre a homossexualidade.

Um estudo descobriu que até mesmo os homens homossexuais eram felizes quando estavam em casal, i.e., vivendo em uma situação de “quase-casamento”. Tais homens vagavam menos, passavam mais tempo em casa, mantinham maiores níveis de afeição por seus parceiros, tinham maior nível de atividade sexual, mas menos problemas sexuais, e se ressentiam menos de sua homossexualidade, do que o homossexual típico sozinho. Os pesquisadores os caracterizaram como gozando de “um ajuste superior” (CAHILL, 1999: 95, tradução nossa).<sup>8</sup>

Foucault (2006) explicita que a partir dos séculos XVII e XIX a sexualidade passou a fazer parte dos discursos para se inscrever em um “regime ordenado de saber”.

A sexualidade foi definida como sendo, “por natureza”, um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos; um fogo de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo desencavar e escutar (FOUCAULT, 2006:78).

---

<sup>8</sup> Cf. Alan P. Bell and Martin S. Weinberg, *Homosexualities: A study of diversity among men and women*; New York, 1978.

O sexo gradualmente tornou-se objeto de grande suspeita, parte dos comportamentos e da existência, “o ponto frágil através do qual nos chegamos às ameaças do mal; o fragmento de noite que cada qual traz consigo. Significação geral, segredo universal, causa onipresente, medo que nunca termina” (Foucault, 2006: 79). De acordo com Foucault (1988), até o final do século XVIII três grandes códigos explícitos regulavam as práticas sexuais: “o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil” (Foucault, 1988: 44). Dentro do relacionamento matrimonial a sexualidade era saturada de prescrições e se encontrava sob estreita vigilância. “Romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo, condenação” (Foucault, 1988: 45). Desde o Século XVIII até o século XXI, a sexualidade permanece sob jurisdição religiosa e o sexo diferente da norma vigente, heterossexualidade, é interpretado como mau.

Enquanto a sexualidade se encontrar definida por elementos biológicos e presa ao ato genital e ao corpo, dificilmente encontraremos subsídios para mudanças na visão religiosa da homossexualidade. A sexualidade permeia todas as esferas da vida do ser humano, e se entrelaça com o contexto cultural e social. A tentativa de regular a sexualidade e o corpo do ser humano envolve o controle de todas as dimensões da sua vida.

Para Cahill (1999: 81), a questão da orientação sexual reside no fato de se refletir se a sexualidade desempenha um papel unicamente biológico ou depende de fatores conjugados do social e cultural. A intimidade sexual e a procriação são fatores completamente separados, não interdependentes, e isso possibilita a defesa moral da homossexualidade.

Salzman e Lawler (2012) contra argumentam sobre a imposição da castidade ao homossexual como exigência de não exercer sua sexualidade. Para Salzman e Lawler, “a castidade é uma virtude que facilita a realização, a internalização e a integração da sexualidade humana autêntica” (SALZMAN; LAWLER, 2012:197). Propositivamente, os autores excluem as palavras finais do documento que limita a integração da sexualidade de uma pessoa física e espiritualmente ao relacionamento heteronormativo. Para Salzman e Lawler, a comunidade científica e alguns documentos magisteriais afirmam que os “homossexuais não escolhem a sua condição ou orientação; ela é o resultado de fatores psicológicos (naturais) ou sociais (de criação) ou mais provavelmente de uma combinação de ambos” (SALZMAN; LAWLER, 2012:197), portanto, a castidade imposta ao homossexual deveria ser uma vida “dentro de um relacionamento monogâmico, justo, amoroso e comprometido, sujeito às mesmas diretrizes morais empregadas para avaliar moralmente um relacionamento heterossexual infecundo”.

Salzman e Lawler, portanto, propõem uma revisitação da homossexualidade, afirmando que a orientação homossexual não se compõe tão diferentemente da orientação heterossexual, não devendo ser classificada de imoral. “A orientação sexual não é escolhida, nem pode ser prontamente modificada; ela simplesmente é. Por isso, ela não é em si mesma nem moral, nem imoral, nem mesmo pré-moral. Os atos sexuais que dela derivam, no entanto, podem ser morais ou imorais” (SALZMAN; LAWLER, 2012: 321).

Margareth A. Farley, em seu livro *Just Love. A framework for Christian sexual ethics*. (2008), contestou a decisão da carta de Ratzinger sobre uniões entre pessoas do mesmo sexo. Farley (2008) aquiesce às legislações e à não discriminação dos homossexuais, por entender que tais exercem papel importante na quebra do preconceito, ódio, marginalização e estigmatização de gays e lésbicas. Para ela, ensinar que seus atos são de origem “desordenados” e “contra a natureza” estigmatiza tal amor como danoso. Por isso, ela libera o prazer sexual auto erótico, compreendendo esta questão mais de caráter prático do que moral (FARLEY, 2008:236). Quanto ao ato homossexual, ela o compara às relações heterossexuais conclamando respeito aos homossexuais, independente de terem ou não “a alternativa de serem diferentes” (FARLEY, 2008:295).

Reportando-se à publicação *Sexualidade Humana: Novas direções no pensamento Católico Americano de 1977*, Farley (2008), sugere um novo paradigma para uma ética sexual baseado em valores particulares associados com a sexualidade humana: “auto-liberação, enriquecimento do outro, honestidade, fidelidade, serviço à vida, responsabilidade social e alegria” (FARLEY, 2008:180). Para Farley (2008), a moldura que se deve considerar seriamente aos padrões para uma ética teológica deveria se basear nas “Escrituras, tradição, disciplinas seculares e a experiência contemporânea” (FARLEY, 2008:181).

O teólogo católico da moral sexual, Vidal (1985), também refuta a postura condenatória da homossexualidade na carta *Persona Humana*. Embora ele reconheça que a orientação homossexual possa trazer dificuldades de ser exercida, ele entende que o homossexual não traz em si “nenhum traço de patologia somática ou psíquica” (VIDAL, 1985:110).

Para Vidal, a homossexualidade trata fundamentalmente do sentido integral de um ser humano, não se constituindo apenas um “fenômeno sexual”, e sim a condição antropológica de um ser pessoal. “O homossexual é, antes de tudo, um ser humano com uma condição e um destino perfeitamente humano, humanizante e humanizável” (VIDAL, 1985:109). Portanto, ele descarta como definidoras da homossexualidade as condutas como “pederastia, a

prostituição, ou a violação, que mesmo que ocorram dentro da condição homossexual, são consideradas formas desviantes.

Quanto à distinção do homossexual entre o caráter provisório e o precário, Vidal (1985) declara que não se pode afirmar totalitariamente sobre aquilo que carrega um caráter provisório e precário. Segundo Vidal (1985), a homossexualidade não pode ser enquadrada como “enfermidade” nem como simples “variante” da sexualidade, devendo ser considerada tão normal quanto a heterossexualidade, porque não existem explicações plausíveis para o fenômeno da homossexualidade humana, desconhecendo-se os fatores biológicos, psicológicos, os dados históricos e de antropologia, tratamentos experimentados (psicanálise, terapia de comportamento). Embora a Carta recomende acolhimento e prudência no julgamento dos homossexuais que têm a “inclinação” homossexual, a Igreja Católica permanece rígida ao classificar os atos homossexuais como “desordenados” por natureza (VIDAL, 1985:112).

Para Vidal, a ignorância científica e a falta de compreensão adequada da sexualidade trazem ambiguidades ao lidar especificamente com a homossexualidade. Concluindo, ele declara:

Posicionado em sua condição sexual indiferenciada, o homossexual não pode viver sua homossexualidade a partir da diferença macho/fêmea (condição da heterossexualidade), mas o faz a partir de outra situação que chamamos de homossexual.[...]. Esclarecer conceitualmente a realidade humana da homossexualidade é o primeiro compromisso que, a nosso modo de entender, corresponde ao discurso ético (VIDAL, 1985:111).

Comprovadamente, não existem subsídios científicos que provem a existência da distinção hetero/homossexualidade. Robert Stoller (1985), declarou não existir uma formulação psicanalítica consistente sobre a homossexualidade. Segundo Ceccarelli (2008:81), Stoller demonstra que as regras de escrita dos trabalhos sobre a homossexualidade “não conseguem reunir elementos que sustentem uma especificidade da homossexualidade em relação à heterossexualidade, e, menos ainda, que mostrem que a homossexualidade é uma patologia. Pelo contrário, “conhecer a orientação sexual de alguém em nada nos informa sobre sua saúde, maturidade ou imaturidade psíquica, e, muito menos, sobre seus conflitos internos” (CECCARELLI, 2008:82).

Vidal (1985) questiona as ambiguidades encontradas nos documentos oficiais da Igreja Católica por carecerem de nova hermenêutica bíblica nos versículos nos quais a Igreja se fundamenta para sua ética cristã sobre a homossexualidade. Para Vidal (1985), a Igreja necessita “adotar uma atitude de provisoriedade e formular em chave de pesquisa e de

abertura”. Ele conclama a Igreja Católica a se mostrar aberta a mudanças nos postulados científicos da homossexualidade e que suas declarações mantenham um caráter provisório.

Não podemos esquecer que tal postura necessitaria da mudança paradigmática do pensamento unicista, essencialista e tradicional para a complexidade dos pensamentos inacabados e não fechados. Ricouer (2008), acredita que a verdadeira malícia se encontra quando a Igreja ou Estado, como instituições de ajuntamento recapitulam e totalizam, (IN: RODRIGUES, 2012:51).

Morin (2005), afirma que “para que haja uma libertação, precisa-se de uma conscientização de que os paradigmas mutilam o conhecimento e desfiguram o real, e necessita-se entender que o paradigma sobre o qual se tem determinado conhecimento simplificador é disjuntivo, redutor e abstrato” (MORIN, 2005:13).

A maior dificuldade vivida no campo científico contemporâneo, segundo Minayo (2010), deve-se a uma resistência a mudanças concretas por parte das instituições e pesquisadores. Apresentam-se o medo do desconhecido, o conservadorismo “por convicção ou por comodismo nas instituições mais tradicionais regidas por padrões muito rígidos de organização da produção do saber” (2010:18). No caso das Instituições religiosas, responder aos desafios atuais da Ciência e da Tecnologia pode lhes despertar o instinto de autopreservação perante o medo de instalar as mudanças necessárias. Neste caso, como afirma Minayo: “Grupos e pessoas estão sob a mira de um desafio: ou experimentam voos de águias ou se contentam com o conservadorismo que corrói a energia das instituições (2010:19).

Apesar dos embates da Igreja Católica contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, um número cada vez maior de países cristãos e judaicos em sua maioria começa a aprovar as uniões homossexuais: Em 2010, países como Holanda, Bélgica, Espanha, Canadá, África do Sul, Noruega, Suécia, Portugal, Islândia, Argentina e México, como vários Estados e regiões administrativas dos Estados Unidos, aprovaram casamentos entre pessoas do mesmo sexo (ENDSJO, 2014:211). No Brasil, a lei foi aprovada em 2011 para direitos civis e casamento em 2013.

### **Considerações Finais**

A Igreja Católica tem enfrentado o assunto sexualidade humana e homossexualidade debaixo de muita tensão, cuidado e conflitos. Nos temas recorrentes nos seus documentos oficiais, reafirmou-se a complementaridade entre homem e mulher e estabeleceu o relacionamento monogâmico heterossexual com abertura à procriação.

No meado do século XX, além do objetivo da reprodução, acrescentaram-se a complementaridade afetiva e o prazer ao ato conjugal. A Igreja Católica ainda mantém uma postura constrangedora que traz desconfortos ao ligar a procriação à moralidade sexual.

Os documentos estudados mostram uma lenta mudança na cosmovisão da Igreja Católica sobre a homossexualidade. Apesar de recomendar acolhimento, respeito e um julgamento parcimonioso ao homossexual, a Igreja Católica considera a homossexualidade perversão, patologia, passível de cura e o ato homossexual um grave crime contra a castidade, portanto ordena a castidade à pessoa homossexual.

Constatamos que os documentos oficiais da Igreja Católica não encontraram uma recepção positiva em muitos dos teólogos católicos da moral sexual, causando divergências e embates, para citar somente alguns mais relevantes (cf. Marciano Vidal (1978, 1985), Margaret Farley (2008); Salzman e Lawler (2012)).

Apesar das tensões que o assunto em questão ainda provoca, reconhecemos que ao menos a mais vasta Instituição Cristã se predispôs a abordar um tema tão sensível, mas inerente em sua complexidade à vida e relevante para o bem ou mal-estar de milhões de pessoas.

## Referências

- BELL, A. P. E WEINBERG M.S. *Homosexualities: A study of diversity among men and women*. New York: Macmillan Company of Australia, 1978.
- BÍBLIA, N. T. GÁLATAS. Nova Versão Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2000.
- CAHILL, L.S. *Sex, gender, and Christian ethics*. Cambridge: University Press, 1999.
- CECCARELLI, P.R. *A invenção da homossexualidade*. Bagoas. N.02/2008. p. 71-93.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ: *Considerações sobre a União de Homossexuais*. Disponível em <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20030731\\_homosexual-unions\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20030731_homosexual-unions_po.html)>. Acessado em: 08/05/2017.
- ENDSJO, D.O. *Sexo e religião- Do baile de virgens ao sexo sagrado homossexual*. São Paulo: Geração editorial, 2014.
- ESPEJO, J.C. *Homosexualidad y cristianismo em tensión: la percepción de los homosexuales através de los documentos oficiales de la iglesia católica*. IN; Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2267>>. Acessado em 07/06/17.

FARLEY, M. *Just love: A framework for Christian sexual ethics*. London. New Delhi. New York.Sydney: Bloomsbury, 2008.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade*. V.1 - A vontade de saber. 17a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade*. V. 2 - O uso dos prazeres. 11a. ed.Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GAGNON, J. H. *Uma interpretação do desejo*. Ensaio sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GIUMBELLI, E. (Org.). *Religião e sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

KOSNIK, A. (Org.). *A sexualidade humana*. Novos Rumos do Pensamento Católico Americano. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

LEERS, B. *Homossexuais e ética cristã*. Ed. por José Trasferetti. Campinas: Átomo, 2002.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

*O COMPÊNDIO DO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA*. Disponível em:<[http://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/p1s2c1\\_198-421\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p1s2c1_198-421_po.html)>. Acessado em 04/06/2017.

PASSOS, J.D. *A Alegria do amor: das sementes aos frutos: um roteiro de leitura da exortação apostólica pós-sinodal Amoris laetitia*. São Paulo: Paulinas, 2016.

PAULO VI. *Carta Encíclica Humanae Vitae* Disponível em <[http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-vi\\_enc\\_25071968\\_humanae-vitae.html](http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html)>. Acessado em: 08/05/2017

PERSONA HUMANA– Disponível em:<[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19751229\\_persona-humana\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19751229_persona-humana_po.html)>. Acessado em: 08/05/2017.

PINHO, J.E.B. *A Recepção como realidade eclesial e tarefa ecumênica*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1994.

RICOEUR, P. *Ensaio sobre a interpretação bíblica*. São Paulo: Fonte editorial, 2008.

ROBINSON, G.J. *Sínodo 2015. Divórcio e homossexualidade*. São Paulo: Ed. Loyola, 2015.

RODRIGUES, S.G.F. *Sexo - Entre a culpa e o prazer*. São Paulo: Fonte editorial, 2012.

SALZMAN, T. A.; LAWLER, M. G. *A pessoal sexual – Por uma antropologia católica renovada*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2012.



TAVARE, J. *Conferência realizada por Jorge Tavare, em novembro de 2008, sobre os 40 anos da Humanae Vitae.* Disponível em:

<[http://www.diocesedecoimbra.pt/sdpfamiliar/materiais/Conferencia40\\_anos\\_Humanae\\_vitae.pdf](http://www.diocesedecoimbra.pt/sdpfamiliar/materiais/Conferencia40_anos_Humanae_vitae.pdf)> acessado na internet 04/06/2017.

TRANSFERRETTI, José (org.). *Teologia e sexualidade: Um ensaio contra a exclusão moral.* Campinas: Átomo, 2004.

VENTURA, Z. *1968, o ano que não terminou.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIDAL, M. *Novos caminhos da Moral – Da “Crise Moral” à “Moral Crítica”.* São Paulo: Editora Paulinas, 1978.

VIDAL, M. et al. *Homossexualidade– Ciência e consciência.* São Paulo: Editora Loyola, 1985.

WINK, W; JENNIS, T. W.e cols. *Homossexualidade- Perspectivas cristãs.*São Paulo: Fonte editorial, 2008.